

A Política Externa do Brasil no Caso da Espionagem Americana de Informações e a Cobertura da CBN¹

Ellis Regina Araújo²
Universidade de Brasília (UnB)

Resumo

Este artigo busca caracterizar o discurso da presidente do Brasil no contexto da política externa, para verificar o lugar o qual a questão da espionagem americana de informações ocupa e a forma como é abordada no que se refere às relações internacionais. É objeto de estudo o discurso da presidente durante a abertura da 68ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2013. Para se compreender o sentido da mensagem, procura-se entendê-la no contexto social em que se assenta. Para isso, analisa o impacto do discurso na cobertura jornalística sobre o assunto realizada pela Rádio CBN. A cobertura enfatiza a marca crítica do discurso em relação à ação de espionagem do governo dos Estados Unidos. A emissora realiza uma leitura do interesse nacional expresso na mensagem, que ocupa o lugar central no processo de informação jornalística.

Palavras-chave: Discurso; Diplomacia; Relações Internacionais; Rádio.

Introdução

Esta investigação apoia-se em revisão teórica relacionada a reflexões sobre a política externa brasileira. Desse modo, compreende-se o discurso da presidente brasileira na ONU, como estratégia para o governo levar ao conhecimento da opinião pública mundial projetos e ações concernentes ao tema da espionagem americana de informações.

Destaca-se que o discurso foi proferido em um contexto de denúncias da imprensa brasileira e internacional que revelaram documentos os quais mostram a espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) sobre comunicações da presidente Dilma Rousseff com assessores. Nesse cenário, esse pronunciamento recebe estatuto importante, pois serve como instrumento orientador da política externa, em circunstâncias nas quais a opinião pública é fator relevante para diplomacia.

O pensamento político presente no pronunciamento irrompeu no plenário da ONU e alcançou a imprensa internacional e brasileira. Para analisar a abordagem jornalística oferecida ao assunto no Brasil, esta pesquisa utiliza material veiculado pela rádio CBN. A Central Brasileira de Notícias foi criada em 1991 como uma cadeia de emissoras voltadas

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), docente da Faculdade de Comunicação da UnB, email: ellis.regina@gmail.com.

ao jornalismo 24 horas por dia e está presente nas principais capitais do país com emissoras próprias e afiliadas.

Esta pesquisa prioriza o material radiofônico como objeto de análise em razão de o rádio ser um veículo de comunicação de massa com amplo acesso da população. De acordo com a pesquisa sobre os hábitos de consumo de mídia da população brasileira³, 21% dos brasileiros ouvem rádio todos os dias da semana e apresentam uma intensidade de uso de 3h07min de segunda a sexta-feira. Além disso, trata-se de um veículo ágil em que a transmissão de um acontecimento ocorre de maneira rápida e instantânea. Em razão dessas características, utiliza discurso assinalado pela clareza, precisão e concisão com o uso do repertório do público que se deseja atingir (FERRARETTO, 2001). Nesse sentido, há um alto grau de confiança da população nas notícias veiculadas pelo rádio. Conforme a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, 50% da população confia naquilo que é veiculado. O rádio só perde em confiança para os jornais cujo índice de confiança é de 53%.

A partir do objetivo de se compreender o contexto social e histórico em que a mensagem presidencial foi proferida, antes de se analisar a cobertura jornalística da rádio CBN, este estudo reflete sobre os conceitos de diplomacia e política nas relações internacionais do Brasil.

Discurso, relações internacionais e política externa

O Brasil é o país com o direito de fazer o discurso de abertura das assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar de não existir citações sobre o assunto no estatuto oficial da entidade, isso ocorre porque o país, por tradição, é o responsável pela abertura do encontro que reúne chefes de Estado e de governo dos 193 países-membros da organização. O Brasil foi escolhido por ter sido o primeiro país a se transformar em membro das Nações Unidas, em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Dois anos depois, em 1947, o diplomata brasileiro Oswaldo Aranha deu início à primeira assembleia, que se reuniu para discutir questões políticas, econômicas, humanitárias, ambientais, culturais e outros temas de destaque no cenário internacional⁴.

A presidente Dilma Rousseff, eleita em 2010 como primeira mulher a ser mandatária do país nos 123 anos de República brasileira, tornou-se, além disso, a primeira mulher a discursar na abertura dos trabalhos da principal reunião de chefes de Estado

³ Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em 07 julh 2014.

⁴ Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/saiba-por-que-o-brasil-sempre-abre-a-assembleia-geral-da-onu-20110921.html>. Acesso em 21 dez 2013.

organizada pela ONU. A assembleia da entidade é realizada, anualmente, na sede do órgão, nos Estados Unidos. O tema selecionado para 2013 foi “Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Preparando o cenário”, e abrangeu discussões sobre segurança, meio ambiente e economia.

O discurso de abertura possui valor importante na tradição política e torna-se um instrumento de comunicação pública na medida em diz respeito à explicação sobre decisões políticas que viabilizam o conhecimento, a avaliação e a fiscalização do governo nas relações internacionais. Nesse caso, o pronunciamento tornou-se uma forma de o governo levar ao conhecimento da opinião pública internacional uma atitude política definida em relação à espionagem americana.

A compreensão sobre o que é política não é simples. O conceito apresenta origem na palavra grega *polis* e, em síntese, trata-se de uma expressão associada à ideia do que é público. Portanto, constrói-se a partir do que não é privado. Em resumo, refere-se à “coisa pública” (a *res pública*) e, por conseguinte, ao Estado e às suas relações com a vida em sociedade (TEMER, 2011, p.13).

O conceito de Estado encerra a noção de um ente permanente e abstrato que possui como realizador de seus princípios o governo, temporário e concreto, que obedece aos padrões e regras da administração pública. Uma das dimensões mais relevantes do governo democrático é o caráter público do poder, isto é, a visibilidade de sua representação (HASWANI, 2013, p.47). A publicidade do poder estatal estende-se ao conceito de público relacionando-se aos campos da comunicação e informação.

Como pesquisou Haswani (2013, p.31), o vocábulo Estado aparece, pela primeira vez, na obra *O príncipe* de Maquiavel e pode ser assumido como construção histórica, jurídica e social, constituindo este último ponto o de mais interesse a esta pesquisa. Nesse aspecto, o Estado é também uma forma de organização social e, assim, não poderia estar desagregado da sociedade e das relações sociais.

As relações internacionais é uma área que, por excelência, representa os interesses do Estado no plano internacional e que tem como objetivo buscar as satisfações do Estado, seja para sua sobrevivência, seja para atender aos interesses de seus membros (ALTEMANI, 2005, p.1).

Embora a ação estatal seja preponderante nesse campo, a análise da política externa brasileira, com ênfase no papel do Estado na integração ao sistema internacional, não pode desconsiderar o papel da sociedade civil representada por empresas, associações

que agregam uma dimensão transnacional às relações interestatais (ALTEMANI, 2005, p.2). Entretanto, a política externa é a área que representa os interesses e objetivos do Estado no plano internacional. Portanto, sua definição e implementação são prerrogativas do Estado.

Logo, o sistema internacional é formado por unidades soberanas com legitimidade para ordenar relações internas e promover interesses nos planos externos. Altemani (2005, p.3) explica que o Estado existe em um mundo formado por outros Estados com características semelhantes, com territórios determinados e compondo políticas soberanas. Assim, no plano das relações internacionais há a aceitação consensual de que os Estados são os atores legítimos na promoção dos interesses dos cidadãos, das empresas, dos conglomerados que estão em seu território.

As relações entre as nações apresentam um padrão de acordo com o momento histórico vivido. Esse modelo é derivado, estruturalmente, da definição do poder internacional do período. Os Estados que detêm maior poder apresentam a tendência de definição da ordem mundial em função da necessidade de sua manutenção e também de promoção de seus interesses (ALTEMANI, 2005, p.4). A ordem internacional é o conjunto de regras e normas que buscam regular as relações mundiais. Esse sistema reflete, no entanto, a distribuição do poder.

Dessa maneira, pressupõe-se que, além dos interesses do Estado, uma variável importante seja a capacidade que cada unidade soberana detém de convencer os outros a aceitar as suas posições. Trata-se, em termos mais claros, do poder que cada nação dispõe para imposição de interesses próprios. Isso não significa que Estados os quais não tenham poder não participem, efetivamente, do sistema internacional. No entanto, há um constante processo negociador que permite a atuação dos diferentes entes independentes para promover seus interesses (ALTEMANI, 2005, p.5).

Segundo Pinheiro (2004, p.7), a política externa é tida como o conjunto de ações de um determinado ator, em geral o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos, tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais. Nesse sentido, trata-se da reunião dos interesses e ideias de representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional.

A política externa constituiu-se uma área do governo ou uma política de Estado? Em princípio, considera-se que a política externa representa os interesses nacionais ou permanentes constituindo-se, portanto, uma política de Estado. Daí apresentar-se com

relativa continuidade (ALTEMANI, 2005, p.12). Nesse campo, a atividade diplomática é a representante da ação governamental.

Diplomacia e Política externa brasileira

Ressalta-se que a política externa pode ser considerada como processo dinâmico no qual diferentes variáveis se encontram em constante reavaliação. Conforme escreve Pinheiro (2004, p.7), no plano das ideias, valores e doutrinas que orientam a ação externa do Brasil, ao longo do último século, destaca-se a busca pela autonomia.

A autora descreve (2004, p.64) que, desde a proclamação da República, a política externa brasileira vem sendo analisada a partir do que se identificaram como seus dois paradigmas: o americanismo e o globalismo. Enquanto o americanismo foi definido como aquele em que se concebiam os Estados Unidos como eixo da política externa, de onde a maior aproximação a Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação, o globalismo foi idealizado como uma alternativa ao anterior, elegendo a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para aumentar o poder de barganha inclusive junto aos Estados Unidos. Souza (2009, p.12) salienta que esse princípio universalista das relações internacionais configura uma tradição diplomática com notável continuidade ao longo do tempo.

O antecessor do governo Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), apresentou, desde o início de sua gestão, uma tentativa de imprimir caráter mais político aos rumos das relações internacionais. Altemani (2005, p.262-263) complementa que, independentemente das discussões sobre o momento inicial da tendência da política externa brasileira de relacionamento com os países em desenvolvimento, não se tem dúvidas de que o governo Lula, na sua proposta de universalização privilegiou, de maneira especial, o contato com essas nações. Souza (2009, p.2) reforça igualmente que o ex-presidente, notadamente, priorizou a reforma das instituições de governança global, alianças com potências regionais e a projeção do país na América do Sul.

Nos últimos 20 anos, segundo Souza (2009, p.1-56), o Brasil ampliou a presença no mundo e na América do Sul. A nação passou a desempenhar papel de crescente importância em foros internacionais com forte atuação em questões multilaterais. A aspiração por um sistema mundial integrado de comércio tem sido um dos principais objetivos a nortear a atuação do país, cuja diplomacia tem enxergado, em diferentes momentos, as negociações multilaterais como prioritárias.

A busca pela voz ativa nas decisões de âmbito mundial surgiu como postura cautelar de defesa da soberania em que as aspirações de contribuir para a paz e de participar ativamente do processo decisório internacional figuram com destaque na Política de Defesa Nacional promulgada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em 1996, e revisada pelo seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva (SOUZA, 2009, p.99).

De acordo com Senhoras (2013), registrou-se uma crescente e produtiva politização do Poder Executivo, manifestada pelas diplomacias presidenciais, por meio de viagens internacionais e de participações em cúpulas e reuniões no exterior, as quais tiveram ampla repercussão internacional e acabaram por impulsionar a agenda da política externa brasileira, em especial, com as atuações dos presidentes FHC e Lula e de seus respectivos assessores para assuntos internacionais.

Na prática, os esforços brasileiros têm se centrado na reivindicação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Conforme escreve Souza (2009, p.140), pode-se dizer que as políticas externas dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula caracterizaram-se mais pela continuidade do que pela mudança de rumos tais como o apoio ao multilateralismo e defesa de uma ordem multipolar, a demanda pela democratização dos mecanismos decisórios de poder, o que inclui o Conselho de Segurança e a participação em vários foros de negociação comercial com a integração comercial e logística dos países da América do Sul.

Constitucionalmente, a responsabilidade pela definição da política externa brasileira cabe ao Poder Executivo, ao passo que o papel da diplomacia é implementá-la. O ministério de Relações Exteriores, no Brasil, é o órgão da administração pública cuja missão institucional é auxiliar a presidente da República na formulação da política exterior do país, assegurar sua execução e manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileira no exterior.

A diplomacia brasileira mantém presença em órgãos multilaterais desde 1990. Com isso, voltou-se para temas da agenda da globalização tais como a ascensão do livre comércio e do livre fluxo de capitais. O país passou a se ocupar ainda com questões tais como o liberalismo econômico, ecologia, direitos humanos e segurança (CERVO; BUENO, 2002, p.463).

Para se compreender o papel do Itamaraty, primeiramente, é necessário reconhecer a aceitação pela sociedade brasileira de seu desempenho. A aprovação histórica, segundo

defende Altemani (2005,p.24), ocorre pelo fato de que o foco da agenda da política externa tem sido concentrado nas prioridades do desenvolvimento. Pinheiro (2004, p.53) também menciona a forte especialização e prestígio que essa agência diplomática desfrutou em diferentes períodos históricos.

Senhoras (2013) observa que houve uma crescente tendência de reafirmação da concentração do poder decisório no executivo e de expansão das prerrogativas presidenciais na política externa. O autor ressalta a relativa autonomia do Itamaraty como agência especializada na formulação da política externa do país. Essa autonomia é caracterizada pela continuidade e despolitização representando aquilo que o pesquisador denomina de insulamento institucional e centralização de poder. Russel (1990, apud ALTEMANI, 2005, p.25) escreve que, junto ao presidente, a corporação diplomática centralizou a adoção de decisões. Essa conjunção de autonomia e centralização possibilitou um elevado consenso na política externa brasileira com a aprovação das Forças Armadas e de grupos empresariais.

Assim, a ideia de continuidade da política externa brasileira existe em função de um componente institucional na formação da política externa e na existência de um poder centralizado. Essa institucionalização dos serviços diplomáticos, segundo Lima (2000 apud ALTEMANI, 2005, p.25), contribuiu para despolitizar a ação diplomática o que parece ter favorecido uma relativa desvinculação da política externa da dinâmica política doméstica. Constitucionalmente, cabe ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados internacionais. No entanto, conforme pondera Senhoras (2013), verifica-se certo desinteresse dos parlamentares sobre os temas das relações exteriores. Isso ocorre, de acordo com o autor, devido à baixa visibilidade popular que a política externa oferece, a qual não ocasiona votos nas eleições em comparação a outras políticas públicas.

Diplomacia pública nas relações internacionais

A diplomacia pública constitui parte do esforço dos Estados para entender-se entre si e para promover a política externa e a imagem nacional (IYAMU, 2004). Como fenômeno, surgiu a partir da generalização da cultura democrática e dos avanços técnicos e sociológicos dos meios de comunicação social. O conceito engloba programas de informação política, cultural e educativa que cada governo soberano destina para promover sua política externa e a imagem nacional do país.

Com o grande desenvolvimento tecnológico, técnico, econômico comercial, militar e social, a diplomacia se transformou. A margem de negociação dos governos em política

internacional tem se reduzido devido à presença de uma ativa opinião pública nacional e internacional (IYAMU, 2004). Nesse contexto, não é suficiente que apenas os governos entendam suas políticas externas, mas é fundamental que a opinião pública nacional e internacional as assimile.

Não há consenso sobre o conceito de diplomacia pública. Contudo, em qualquer caso, todas as definições compartilham da ideia de que as opiniões, atitudes e comportamentos dos cidadãos de outros países são importantes para os governos, porque têm um claro impacto na política econômica exterior e, conseqüentemente, nos interesses nacionais (NOYA, 2006).

Noya (2006) realiza um esforço para caracterizar a diplomacia pública em comparação à diplomacia tida como convencional. Nesta, a informação é sigilosa dirigida, em geral, às elites políticas e econômicas dos outros países. Naquela, a informação é pública e transparente. Ademais, a diplomacia pública tem por objetivo atingir a opinião da população em geral. Contém a finalidade de influenciar o comportamento de um governo estrangeiro de forma indireta, exercitando influência sobre as atitudes dos cidadãos. Desse modo, trabalha sob a perspectiva de informação, educação e cultura.

Em um contexto de mundo interconectado, a diplomacia se torna complexa, ambivalente, contraditória e paradoxal, quando podem aparecer situações em que novas pautas de cooperação e conflitos surgem permeadas em todos os níveis sociais, local, nacional e internacional, nas diversas esferas, privada e pública. A interconexão global beneficia governos, mas os expõe a riscos de toda natureza, aumentando sua visibilidade, tornando-os mais vulneráveis. Nessa conjuntura, a difusão das novas tecnologias da comunicação afeta as relações internacionais em vários aspectos que criam tensões nas formas tradicionais de se fazer diplomacia.

Nesse sentido, a participação da opinião pública na política externa e o desenvolvimento dos meios de comunicação se transformam em fatores chave da diplomacia pública. Devido ao fluxo de informação importante para a moderna diplomacia, a área de comunicação é fundamental para a formação da opinião pública.

Esse cenário, de acordo com Souza (2009, p.146), caracterizado pela ampliação do campo decisório da política externa, fez com que o Itamaraty desse ênfase a uma diplomacia pública mais atenta às demandas para formulação da política externa.

Com a globalização, as fronteiras entre a política externa e a interna tendem a se diluir internacionalizando a agenda doméstica. Ao longo da última década, o tema da

participação dos interesses domésticos na formação da política externa assomou o debate público com a expansão das exportações agropecuárias e dos investimentos e das multinacionais brasileiras, valorizando a influência da sociedade nos processos decisórios (SOUZA, 2009, p.145).

Antes limitadas a um círculo de especialistas, questões como a extensão e intensidade do desenvolvimento externo passaram a despertar o interesse dos formadores de opinião e de numerosas organizações que se sentem estimuladas a tomar parte do debate. Por consequência, intensificou-se a pressão de interesses domésticos em torno do processo de decisão sobre questões externas desde a fase de formulação até a de execução (SOUZA, 200, p.9).

Altemani (2005, p.26) também observa que mais recentemente parcelas da sociedade civil demonstraram maior interesse em participar de negociações da política externa especificamente no processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), cuja definição prevê a liberdade de trocas entre os países que a integram. A Confederação Nacional das Indústrias (CNI), por exemplo, organizou a coalizão empresarial para atuação direta nas negociações da ALCA. Reconhecendo essa tendência de participação mais ativa da sociedade civil, o departamento econômico do Ministério de Relações Exteriores foi reestruturado e foram implementados alguns órgãos de contato com a população.

Nessas circunstâncias, a sociedade civil se sente compelida a influenciar decisões na política de âmbito externo. Essa mobilização social é um importante campo de atuação da comunicação pública. Nesse aspecto, as ações comunicativas são indispensáveis se o objetivo é chamar a atenção da sociedade e manter o tema na agenda pública.

O discurso brasileiro no caso da espionagem

O escândalo da espionagem americana veio à tona depois que o ex-técnico da Agência Central de Inteligência Americana (NSA) Edward Snowden divulgou informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos e revelou, em detalhes, alguns dos programas de vigilância que o país utilizou para espionar a população americana, países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil.

Nessas circunstâncias, o discurso proferido pela presidente Dilma Rousseff durante a abertura da 68ª Assembleia da ONU, em setembro de 2013, foi notadamente importante porque havia a expectativa de setores do governo e da imprensa brasileira de que o pronunciamento apresentaria uma reação diplomática contra as acusações relativas aos

escândalos de vigilância na internet e telecomunicações. O discurso ocorreu no momento em que a presidente aguardava respostas do governo americano sobre as revelações da imprensa de que ela teria tido *e-mails* e telefonemas monitorados, além de denúncias de espionagem contra a empresa brasileira de energia, Petrobras.

Na mensagem, o governo brasileiro declara que compreende o fato de cidadãos, representações diplomáticas, entre elas a missão permanente junto às Nações Unidas e a presidência da República terem sido investigados como um *“caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional”*. A presidente ressaltou que o país fez saber ao governo norte-americano seu protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetiriam.

A seleção desses argumentos parte dos valores e das percepções que condicionam os objetivos nacionais da política externa brasileira. Esses valores e percepções não instruem apenas a política externa, mas toda a ação governamental nesse caso. Assim como escreve Souto Maior (2003, p.35), o desejo de autoafirmação nacional, da parte dos dirigentes e de toda a sociedade, é um importante regulador da política externa em um momento propício a um posicionamento internacional afirmativo.

Segundo defende Souto Maior (2003, p.43), o Brasil é hoje um país cuja autoridade internacional tende a crescer num momento em que a divisão de poder econômico entre as nações tem aumentado. Conforme já apontado nesta pesquisa, nos últimos 20 anos, o Brasil ampliou a presença no mundo e na América do Sul e passou a desempenhar papel de crescente importância em foros internacionais.

Essa realidade condiciona a agenda do discurso que enfatiza a defesa dos interesses nacionais e mostra uma faceta sensível a este desafio e às ameaças que ocorrem em seu entorno imediato. De acordo com a mensagem, *“Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas”*.

Trata-se da diplomacia personalizada, o que aumenta a visibilidade da política externa bem como a repercussão na opinião pública do evento internacional. Nesse sentido, o discurso faz conhecer a percepção do país sobre o assunto e traz recomendações sobre as decisões pertinentes às relações internacionais:

“O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o

espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países (...). Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.”

O pronunciamento representa a política de pretensão do Brasil em se tornar um ator proeminente na política mundial. Esse pensamento irrompe como substrato da percepção que o país tem de si mesmo e de suas necessidades e potencialidades em relação a outras nações (SOUZA, 2009, p.14).

Ainda no que concerne ao conteúdo da mensagem, a retórica empregada referiu-se, principalmente, à noção de compromisso. Um pacto realizado em público funciona como estratégia ética de convencimento. No contexto político em que o discurso ocorreu, esperavam-se ações responsivas definidas tais como a constituição de uma agenda pública, o encaminhamento das demandas e o exercício da crítica sobre a política de espionagem.

Como avalia D’Almeida (2011, p.145-146), nesse tipo de retórica amplamente utilizada na comunicação organizacional, dois aspectos sobressaem, o discurso do bem comum e a exigência de provas e garantias. No primeiro aspecto, o importante é mostrar a contribuição para o interesse geral contida na utilidade social da finalidade do Estado que é o bem estar geral. No aspecto atinente ao segundo ponto, a retórica da prova e descrença generalizada quanto aos discursos obrigam a se rever a maneira de dizer e estimula a produzir provas e garantias para gerar confiança:

“O Brasil, senhor presidente, redobrará os esforços para dotar-se de legislação, tecnologias e mecanismos que nos protejam da interceptação ilegal de comunicações e dados”.

“Meu governo fará tudo que estiver a seu alcance para defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade de nossos trabalhadores e de nossas empresas”.

Essa espécie de ética do compromisso é um artifício utilizado em um contexto corporativo e social no qual um dos elementos mais relevantes é a confiabilidade do ator social. Nesse caso, a diplomacia presidencial é mais efetiva para influenciar os públicos, principalmente na difusão de princípios e ideologias.

A Cobertura Jornalística da Rádio CBN

Para analisar a abordagem da cobertura jornalística sobre o discurso presidencial na ONU, esta pesquisa utiliza material veiculado pela rádio CBN pela alta adesão da população ao veículo e o nível de confiança que este tipo de mídia possui. A versão *online* foi adotada em razão de seu maior alcance e da disponibilidade do material em arquivo.

Para esta análise, consideraram-se as variáveis de chamada e subtítulo presentes no sítio da emissora, tipo de cobertura, editoria e abordagem, fontes e tempo de veiculação da cobertura realizada no dia 24 de setembro de 2013, data em que foi proferido o discurso.

Tabela 1 – cobertura da rádio CBN – 24 de setembro de 2013

Chamada	Subtítulo	Tipo de cobertura, editoria e abordagem	Fontes	Tempo
Dilma Rousseff abre Assembleia Geral da ONU e repudia espionagem	Presidente disse que uma soberania não pode se afirmar sobre outra, violando direitos humanos e civis	Noticiosa Internacional – não apresenta áudio, apenas fotografia	Discurso	--
Espionagem americana é um grave delito contra os direitos humanos, diz Dilma	Segundo a presidente, argumentos apresentados pelos EUA não se sustentam. Ela cobrou ação da ONU sobre o caso	Noticiosa/informativa- País Enfatiza vários pontos do discurso com a citação direta de vários trechos do discurso e sonora com as declarações sobre o desrespeito à soberania do país	Discurso	02min46
Discurso de Dilma não traz maior consequência para política externa	Em assembleia da ONU, presidente afirmou que espionagem americana é um grave delito contra os direitos humanos	Editorial/opinativa - comentarista A presidente segue roteiro preestabelecido de um discurso de indignação. O comentário aborda a pouca importância dada por Obama ao tema e que o país não vai conseguir levar essa questão para agenda mundial. Segundo o comentarista, o discurso não vai ter tanta repercussão externa e sim mais ganhos internos de acordo com o trabalho de marketing do governo e dentro das características do eleitorado que é nacionalista.	Discurso	6min17
Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania, afirma Dilma	Presidente discursa na Assembleia Geral da ONU, em Nova York	Noticiosa, não apresenta áudio, apenas textos com os principais trechos do discurso sobre o assunto	Discurso	---

Existem basicamente dois modelos de redes de radiojornalismo. Um é o da emissão de alguns programas diários, geralmente jornais e o outro é o do modelo *all news*, ou seja, de jornalismo 24 horas, padrão adotado pela rádio CBN desde que foi criada (BARBEIRO, LIMA, 2003).

As reportagens são as principais fontes de matérias exclusivas desta rádio jornalística. A cobertura, tal qual ocorre em outros veículos, também se organiza de forma geográfica com áreas de atuação, e temática, de acordo com os valores notícia do jornalismo tais como ineditismo, impacto, atualidade e importância para a comunidade. Entre as áreas e temáticas estão País, Internacional, Ciência e Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia. Nesse contexto, a cobertura da política externa do país insere-se tanto na editoria de Internacional quanto na de País.

Do ponto de vista da promoção da notícia, a CBN também se destaca por recorrer a fontes regulares, as chamadas fontes oficiais, de fé pública, cujas ações coincidem com os interesses jornalísticos para promoção da notícia tais como fontes institucionais representadas por ministros, parlamentares, delegados de polícia, entre outras. Nesse sentido, o pronunciamento da presidente na Assembleia Geral da ONU é um fato de importante interesse jornalístico para cobertura, considerando a relevância da mensagem para a sociedade brasileira e internacional e a proeminência da autoridade governamental.

A cobertura também é organizada de forma temporal. Desse modo, o tempo de narração é um indicador de importância que a rádio atribuiu ao tema, já que, tradicionalmente, as matérias radiofônicas são breves com duração média de um minuto e meio e o tempo de 30 segundos para sonoras, que são trechos de entrevistas editadas. A análise demonstra que o maior espaço, tanto na reportagem de 2min46 e no comentário de 6min17, denota uma exposição mais longa, em que o critério de edição é a importância do assunto.

A cobertura analisada ocorreu logo após o pronunciamento da presidente na manhã do dia 24 de setembro de 2013, e registrou o destaque da marca crítica do discurso em relação à ação de espionagem do governo dos Estados Unidos. A rádio realizou uma leitura do interesse nacional expresso na mensagem, que ocupou o lugar central no processo de informação jornalística. A cobertura deu ênfase ao acontecimento de forma informativa em que o principal ponto de apoio para construção dos textos são trechos do discurso. Em todos os casos, o *lead*, fio condutor da notícia, foi a resposta afirmativa e crítica da presidente à ação de espionagem internacional.

Desse modo, as fontes foram, em todos os casos, predominantemente, o próprio discurso presidencial. Isso ocorreu, principalmente, porque a temática em questão tratava de uma reação diplomática alçada no âmbito do Estado brasileiro. Daí, portanto, uma das razões para os jornalistas recorrerem, com frequência, à literalidade do pronunciamento

com o uso acentuado de trechos nas chamadas e textos. Trata-se de um modelo próximo ao chamado jornalismo declaratório, que se limita, na maioria dos casos, a repercutir a opinião da autoridade. Prevalece, nesse caso, a hierarquia de autoridade mencionada por Pereira Junior (2006, p.81). A respeitabilidade da informação é um fator de apelo para os jornalistas que preferem fazer referência à fonte oficial. As citações diretas, que reproduzem as palavras do pronunciamento prevalecem como recurso de credibilidade retórica à notícia e fazem sentido quando se trata desse tipo de ato discursivo (2006, p.111).

Além do discurso presidencial, utilizou-se, em um dos casos, fonte especializada na área política, o jornalista Merval Pereira. Este é considerado fonte mais técnica, que pode ajudar a formar um marco crítico e fornecer parâmetros de análise mais equilibrados sobre a notícia. A característica editorializada do material veiculado pelo jornalista é condicionada às metas desse tipo de jornalismo de esclarecer ilustrar e formar opiniões sobre o assunto. O conteúdo do discurso forneceu, novamente, os elementos para a análise política que enfocou as consequências em âmbito interno e no contexto internacional do pronunciamento.

Conclusões

O discurso da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, realizado no contexto da política externa, pode ser caracterizado como ação diplomática responsiva. O pronunciamento, igualmente, representa um posicionamento afirmativo nas relações internacionais do país no que se refere à questão da espionagem americana de informações.

A mensagem condiz com a política de pretensão do Brasil em se tornar ator proeminente na política mundial. Esse tipo de diplomacia personalizada aumenta a visibilidade da política externa brasileira bem como a repercussão na opinião pública mundial. O pensamento político expresso no discurso possui por alicerce uma tradição diplomática universalista de diversificação das relações internacionais, intensificada, especialmente, nos últimos vinte anos.

Do ponto de vista da cobertura jornalística, a rádio CBN apresentou abordagem declaratória sobre o assunto, limitando-se a repercutir a opinião do governo brasileiro, recorrendo predominantemente à literalidade do discurso. No que se refere à editorialização da notícia, na falta de outro apelo mais consistente, a cobertura apoiou-se no ineditismo do tom crítico do discurso realizado pela chefe de Estado contra a política de obtenção de

informações concretizada pelo governo americano, apoiada em recursos questionáveis no que se refere ao direito internacional.

Destaca-se que esse tipo de cobertura é fundamental em um contexto no qual o acesso às decisões políticas aumenta as expectativas de participação dos cidadãos. Nessas circunstâncias, a cobertura jornalística desempenha papel fundamental na democratização da diplomacia. Em uma época, em que chefes de Estado conversam pessoalmente e as instituições e governos se relacionam em tempo real, é cada vez mais importante a cobertura jornalística informativa sobre o assunto. A agenda pública diplomática é importante campo de atuação desse tipo de ação comunicativa.

Referências

- ALTEMANI, Henrique. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BARBEIRO, Heródoto. LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo: Produção, ética e internet**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- D'ALMEIDA, Nicole. Opinião pública, comunicação e regulação do mercado In: Kunsch, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Paulo: Difusão, 2011, pp.135-152.
- FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: O veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- HASWANI, Mariângela Furlan. **Comunicação pública**. Bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.
- IYAMU, Victor Oviacionayi. **Diplomacia pública em la bibliografía actual**. Disponível em: <http://grupo.us.es/grehcco/ambitos11-12/iyamu.pdf>. Acesso em 22 jan 2014.
- NOYA, Javier. **Una diplomacia publica para España**. Disponível em: <http://www.almendron.com/politica/pdf/2006/diplomacia-publica-para-espana.pdf>. Acesso em 03 dez 2013.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa . **A apuração da notícia – métodos de investigação na imprensa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- SENHORAS, Eloy Martins. **A autonomia relativa do Itamaraty diante dos deslizes e desgastes diplomáticos**. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/08/31/a-autonomia-relativa-do-itamaraty-diante-de-deslizes-e-desgastes-diplomaticos-por-eloi-martins-senhoras/> Acesso em 15 jan 2013.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. P. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/IBRI, 2003.
- SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. (org.). **Mídia e cidadania&poder**. Goiânia: FACOMB, FUNAPE, 2011.